UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES CAMINHOS DO SERTÃO
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA

ELZA SILVA SOUSA

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO ENSINO REGULAR DOS ANOS INICIAIS: Adaptações curriculares e desafios no processo de inclusão escolar

Imperatriz
2026

ELZA SILVA SOUSA

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO ENSINO REGULAR DOS ANOS INICIAIS: Adaptações curriculares e desafios no processo de inclusão escolar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia

Orientador(a): Ma. Francisca Cavalcante Silva da Silva.

Imperatriz
2026

S725i

Sousa, Elza Silva

Inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular dos anos iniciais: adaptações curriculares e desafios no processo de inclusão escolar. / Elza Silva Sousa. – Imperatriz, MA, 2026.

29 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão – Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL, Imperatriz, MA, 2026.

1. Inclusão escolar. 2. Deficiência física. 3. Adaptação curricular. 4. Educação inclusiva. I. Título.

CDU 37

Ficha elaborada pela Bibliotecária: **Jarina Serra Santos CRB – 13/953**

ELZA SILVA SOUSA

INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA NO ENSINO REGULAR DOS ANOS INICIAIS: Adaptações curriculares e desafios no processo de inclusão escolar

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia Licenciatura, do Programa de Formação de Professores Caminhos do Sertão, da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão - UEMASUL, como requisito para obtenção de título de Licenciado em Pedagogia

Orientador(a): Ma. Francisca Cavalcante Silva da Silva.

APROVADO/A EM: 12 /06 /2026

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br FRANCISCA CAVALCANTE SILVA DA SILVA
Data: 17/06/2026 23:30:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Ma. Francisca Cavalcante Silva da Silva-Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br POLYANA DOS SANTOS SOUSA
Data: 18/06/2026 13:40:40-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Ma. Polyana dos Santos Sousa -1º Membro

Documento assinado digitalmente
gov.br ALINE BORGES DA SILVA
Data: 20/06/2026 11:44:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Ma. Aline Borges da Silva -2º Membro

Dedico este trabalho à minha família, base e fonte de força ao longo de toda essa jornada, meu esposo pelo amor, companheirismo e apoio em todos os momentos, especialmente nos dias mais difíceis desta caminhada, aos meus filhos, que são minha maior motivação, razão do meu esforço**.**

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, o dono dos meus dias, que em sua infinita graça e misericórdia me concedeu força, sabedoria e coragem para chegar até aqui. Foi Ele quem me sustentou nos momentos difíceis, renovou minhas esperanças e iluminou meu caminho durante toda essa trajetória. Sem a sua presença constante em minha vida, confesso que não teria conseguido.

À minha família, meu esposo Doriel Cavalcante e meus filhos Débora e Douglas Haniel, expresso minha profunda gratidão pelo amor, compreensão e apoio incondicional. Vocês foram minha base e motivação diária, sempre torceram por mim e foram minha razão para não desistir, mesmo diante dos desafios. Cada esforço teve um propósito maior: vocês.

À minha prezada orientadora, Ma. Francisca Cavalcante Silva da Silva, registro meus sinceros agradecimentos pela paciência, compreensão, dedicação e pelo valioso direcionamento em cada feedback ao longo desse percurso. Sua orientação foi essencial para a construção deste trabalho, contribuindo de forma significativa para meu crescimento acadêmico e profissional. Estendo meu reconhecimento a cada docente pela competência, apoio e ensinamentos compartilhados.

Ao programa Caminhos do Sertão e à minha querida instituição UEMASUL, tenho muito orgulho por ser acadêmica de uma universidade comprometida em formar excelentes profissionais. Expresso minha gratidão pela oportunidade e pela qualidade do ensino oferecido ao longo desta trajetória. Aos meus queridos pais, Jônatas Conceição e Francisca Silva, minha eterna gratidão pelas orações, pelo incentivo e por nunca deixarem de acreditar em mim.

Esta conquista não é apenas minha, mas de toda a minha família. Sendo parte de uma família composta por 12 irmãos, sinto-me honrada em ser a primeira a alcançar uma formação acadêmica, o que torna este momento ainda mais especial e significativo para todos nós. Agradeço também aos livros, artigos, autores e à legislação que contribuíram para a construção deste trabalho, pois cada conhecimento adquirido foi fundamental para ampliar minha visão e fortalecer minha formação.

Por fim, não poderia deixar de agradecer às minhas colegas de caminhada, que estiveram ao meu lado durante essa jornada. Obrigada pelas palavras de incentivo, pelo apoio nos momentos difíceis e pelo ombro amigo. Compartilhar essa fase com vocês tornou tudo mais leve e significativo.

RESUMO

O presente artigo discute a inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular dos anos iniciais. O objetivo geral consiste em compreender o processo de inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A metodologia fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica apoiada em autores como Mantoan (2003), Sassaki (1997) e Bersch (2017), além de marcos legais como a Declaração de Salamanca (1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). Os resultados indicam que, apesar dos avanços legais que asseguram o direito à educação, ainda persistem barreiras significativas relacionadas à insuficiência de recursos de tecnologia assistiva, às limitações de acessibilidade e à necessidade de reorganização das práticas pedagógicas. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar depende da superação de barreiras estruturais, pedagógicas e institucionais, sendo fundamental a articulação entre políticas públicas, recursos educacionais e práticas escolares para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência física.

Palavras-chave: Inclusão Escolar; Deficiência Física; Adaptação curricular; Educação Inclusiva.

ABSTRACT

This article discusses the inclusion of students with physical disabilities in regular early years of elementary education. The general objective is to understand the inclusion process of students with physical disabilities in regular early years of elementary education. The methodology is based on a qualitative, exploratory approach, through bibliographic research supported by authors such as Mantoan (2003), Sassaki (1997), and Bersch (2017), as well as legal frameworks such as the Salamanca Declaration (1994) and the Brazilian Inclusion Law (2015). The results indicate that, despite legal advances that ensure the right to education, significant barriers persist related to insufficient assistive technology resources, accessibility limitations, and the need to reorganize pedagogical practices. It is concluded that the effective implementation of school inclusion depends on overcoming structural, pedagogical, and institutional barriers, and that the articulation between public policies, educational resources, and school practices is fundamental to guaranteeing access, participation, and learning for students with physical disabilities.

Keywords: School Inclusion; Physical Disability; Curriculum Adaptation; Inclusive Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....10

2 METODOLOGIA.....13

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....15

3.1 Educação inclusiva e a necessidade da ressignificação do ensino no contexto da inclusão.....15

3.1.2 Conceituando inclusão.....16

3.1.3 Legislações que amparam pessoas com deficiência física no contexto da educação.....17

3.2 adaptações curriculares: desafios no processo de inclusão escolar para alunos com deficiência física.....19

3.2.1 Adaptações de acesso no espaço escolar.....20

3.3 Desafios e Possibilidades na inclusão do Aluno com deficiência física nas series iniciais do Ensino Fundamental.....21

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....24

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....26

REFERÊNCIAS.....28

1 INTRODUÇÃO

As propostas de educação escolar destinadas a pessoas com deficiência vêm se desenvolvendo articuladas a processos que caracterizam a oferta educacional de um país e a movimentos que expressam tendências mais amplas, delineadas pela produção de conhecimento, pela definição de políticas educacionais e pela ação de organismos internacionais que tratam do assunto (Neves; Rahme; Ferreira, 2019). Nos últimos anos, o conceito de educação inclusiva ganhou destaque, promovendo a ideia de que instituições educacionais devem ser acessíveis e acolhedoras para todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência física.

A oferta de Educação Especial no Brasil foi tradicionalmente marcada pelo financiamento de iniciativas das organizações da sociedade civil, que não apenas estruturaram espaços de atendimento ao público-alvo da Educação Especial (PAEE), como também tiveram papel central na constituição de políticas educacionais voltadas a esse grupo.

Segundo Neves, Rahme e Ferreira (2019), a Declaração de Salamanca (1994) representou diretrizes normativas ao defender que as crianças com deficiência física tivessem acesso à escola comum e não mais a espaços considerados segregados, o que provocou questões e discussões em torno da definição do atendimento a esse público.

Nesse sentido, nos anos de 1990, os debates públicos em torno da definição do percurso escolar dos estudantes PAEE culminaram na Lei nº 9.394/96, que incorporou a oferta da Educação Especial preferencialmente na rede regular de ensino. No entanto, embora os direitos educacionais dos alunos com deficiência física estejam legalmente garantidos, sua efetivação impõe desafios, pois nem alunos, nem escolas e nem professores estão isentos das dificuldades presentes no contexto educacional.

Desse modo, a inclusão escolar de alunos com deficiência física exige a reorganização das práticas educativas, de modo a garantir não apenas o acesso, mas também a permanência, a participação e aprendizagem desses estudantes no ensino regular. Diante disto, faz-se necessário refletir como esse processo vem sendo desenvolvido no contexto educacional real. Nesse sentido a presente pesquisa parte do seguinte problema, como se dá o processo de inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular dos anos iniciais do Ensino Fundamental?

O interesse por este tema surgiu, inicialmente, nas aulas da disciplina Educação Especial e Inclusiva, ministrada no curso de Pedagogia em agosto de 2024, que reforçou a ideia de que

a educação é um direito fundamental de todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades ou condições.

Ainda na infância, presenciei diversas vezes crianças com deficiência física tratadas pela sociedade com sentimento de pena, sendo vistas muitas vezes com olhar de menosprezo, incapacidade ou como diferentes das demais. Ao longo da disciplina e dos diálogos com a professora, pude concluir que a deficiência não limita, mas o preconceito sim, pois este é construído culturalmente e faz com que enxerguemos apenas o que o outro aparenta ser, e não suas potencialidades. Nesse sentido, a discussão torna-se relevante por possibilitar a compreensão de como os professores percebem e desenvolvem práticas pedagógicas que asseguram o direito à educação para todos.

Essa visão limitada e excludente despertou em mim, como acadêmica de Pedagogia, o desejo de aprofundar os estudos e compreender o significado da inclusão e o papel da escola nesse processo. Ao cursar a disciplina de Educação Especial e Inclusiva, esse interesse pela área se intensificou, motivando uma investigação mais profunda sobre a temática. Passei a entender que a inclusão não se trata de um ato de compaixão, mas de um direito garantido por lei, que busca assegurar a participação plena e o respeito às diferenças. Estudar esse tema tornou-se, então, uma forma de contribuir para a construção de uma educação mais humana, igualitária e acessível a todos, rompendo com antigas concepções de inferioridade e promovendo o reconhecimento das potencialidades de cada aluno.

Mantoan (2003) destaca que, apesar dos avanços legais e das políticas públicas voltadas à inclusão, ainda são recorrentes as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar, como a falta de formação continuada, limitações estruturais, escassez de recursos pedagógicos adaptados e desafios relacionados à adaptação curricular. Tais obstáculos podem comprometer a participação plena dos alunos com deficiência física, sobretudo no Ensino Fundamental, fase decisiva para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

Este tema tem atraído a atenção de muitos pesquisadores no Brasil. Em uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), [1]constatou-se que há um número significativo de estudos sobre inclusão, evidenciando sua relevância. Apesar disso, a inclusão de alunos com deficiência física continua levantando reflexões acerca das práticas pedagógicas e do cenário real das práticas de Ensino.

Nessa perspectiva, esta pesquisa buscou respostas, a partir das seguintes questões norteadoras: Como a educação inclusiva e a ressignificação do ensino contribuem de forma

[1] BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD). Disponível em: https://bdtd.ibict.br/. Acesso em: 08 jun. 2026.

efetiva para a inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular dos anos iniciais? De que forma as adaptações curriculares e de acessibilidade favorecem a participação e aprendizagem de alunos com deficiência física? Quais os desafios encontrados na inclusão escolar de alunos com deficiência física nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

A partir dessas indagações, o objetivo geral da pesquisa consiste em compreender o processo de inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para alcançar tal objetivo, formulou-se os seguintes objetivos específicos: Compreender os fundamentos da educação inclusiva e a necessidade da ressignificação do ensino no contexto da inclusão de alunos com deficiência física nos anos iniciais; Identificar as adaptações curriculares e as condições de acessibilidade necessárias para promover a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência física no ensino regular; Apontar os desafios presentes no processo de inclusão escolar de alunos com deficiência física nos anos iniciais do Ensino.

Dessa forma, a relevância desta pesquisa está na necessidade de ampliar o debate acerca da inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular dos anos iniciais, contribuindo para a reflexão sobre os caminhos necessários para a efetivação de uma educação inclusiva onde as escolas acolham e garantam a permanência dos alunos de acordo com o direito de ir e vir, promovendo o desenvolvimento das capacidades humanas dos estudantes com deficiência física no contexto educacional e inclusivo.

O presente artigo está estruturado em cinco partes: inicia-se com a introdução; em seguida, apresenta a Metodologia; depois, a fundamentação teórica embasa-se em autores como Sassaki (1999), Mantoan (2003), Silva (2001) entre outros; posteriormente, os resultados e discussão; e, por fim, as considerações finais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa tem como temática a inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular dos anos iniciais: adaptações curriculares e desafios no processo de inclusão escolar. Este estudo constitui-se em uma revisão de literatura bibliográfica com o objetivo de analisar e sintetizar o conhecimento existente sobre a inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular dos anos iniciais.

A abordagem adotada é de natureza qualitativa. De acordo com Vergara (2016), a pesquisa qualitativa caracteriza-se por não fazer uso de instrumentos estatísticos como base para a análise de dados. A autora destaca que essa perspectiva foca na subjetividade, nos significados e na interpretação dos fenômenos sob a ótica dos sujeitos envolvidos.

Quanto aos fins, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, pois objetiva descrever e analisar fenômenos relacionados à inclusão escolar, possibilitando novas interpretações sobre o tema (Marconi; Lakatos, 2003; Gil, 2010). O levantamento bibliográfico contou também com o suporte da Biblioteca Virtual Pearson, disponibilizada pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). Esse ambiente digital integra o conjunto de recursos acadêmicos oferecidos pela instituição, proporcionando acesso a obras atualizadas e relevantes para a formação docente.

A pesquisa bibliográfica possibilitou a construção do referencial teórico do estudo, permitindo a análise e discussão das contribuições de diferentes autores que tratam da educação inclusiva e da participação de estudantes com deficiência física no contexto escolar. A pesquisa científica apresenta várias modalidades, sendo uma delas a pesquisa bibliográfica, abordada no presente artigo, expondo todas as etapas que devem ser seguidas em sua realização.

Esse tipo de abordagem mostra-se adequado para compreender os desafios e estratégias de inclusão de alunos com deficiência física no ambiente escolar, uma vez que busca interpretar a realidade social e educacional a partir da percepção dos sujeitos envolvidos. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é elaborada a partir de materiais já publicados e tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito ou contribuindo para a construção de hipóteses.

> A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. (Gil,2002, p.44)

Nesse sentido, a pesquisa dialogou com dados obtidos por meio da revisão sistemática da literatura, foram utilizados como base teórica livros, biblioteca Pearson, artigos acadêmicos, documentos educacionais e legislações que discutem a educação inclusiva, a deficiência física no contexto escolar e as práticas pedagógicas voltadas à inclusão, foram consultados documentos normativos da educação brasileira, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que orienta as práticas pedagógicas nas escolas.

Utilizou-se de legislações relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência, como a (LBI) Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a análise desses documentos contribuiu para compreender as diretrizes legais e educacionais que fundamentam a inclusão escolar para pessoa com deficiências. (LDB) dentre outros.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Educação Inclusiva e a necessidade da ressignificação do ensino no Contexto da Inclusão

A educação inclusiva e a necessidade da ressignificação do ensino significam que a escola precisa mudar suas práticas para atender todos os alunos, principalmente aqueles com deficiência física ou necessidades educacionais específicas. Não é o aluno que deve se adaptar à escola, mas a escola que deve se reorganizar para incluir todos. Ressignificar o ensino implica repensar a forma de ensinar, garantindo que a diversidade seja acolhida e valorizada.

No Brasil, a educação inclusiva começou a ganhar força nas décadas de 1980 e 1990, acompanhando as mudanças promovidas pela Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação como direito de todos. De acordo com Mantoan (2003), a inclusão não se restringe à inserção de alunos com deficiência no ambiente escolar regular, mas exige uma mudança nas práticas pedagógicas e na cultura escolar, promovendo a convivência na diversidade como um valor essencial.

O professor precisa adaptar metodologias, atividades, recursos e avaliações para que todos os alunos consigam participar e aprender. Isso envolve a adaptação curricular, o uso de diferentes estratégias de ensino, materiais acessíveis e atividades que valorizem as diferenças dos estudantes. De acordo com Silva (2001), a escola pode se inovar e enfrentar o desafio de não perpetuar desigualdades e injustiças sociais.

Surge, assim, o ensino inclusivo, caracterizado pela prática da inclusão de todos os alunos nas salas de aula regular, satisfazendo suas necessidades e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para que essa proposta seja efetiva, faz-se necessária a adequação do sistema escolar às particularidades de cada educando.

Para Vygotsky (2022), o isolamento das pessoas com deficiência em escolas ou instituições especializadas, longe das interações com outras crianças e adultos, impede a criação de condições necessárias para o desenvolvimento pleno. Quando a sociedade, e por consequência a educação, não acredita nas capacidades de desenvolvimento das pessoas com deficiência física, ela limita a criação de políticas públicas eficazes, perpetuando o isolamento e a marginalização.

Dessa forma, fica evidente que a aprendizagem acontece nas interações sociais e que todos os alunos podem se desenvolver quando recebem mediação adequada. A educação inclusiva busca garantir que todos tenham acesso e participação no ensino regular, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Nesse contexto, torna-se

necessária a ressignificação das práticas pedagógicas, de modo que a escola se adapte às necessidades dos estudantes e promova uma aprendizagem significativa para todos.

3.1.2 Conceituando Inclusão

O conceito de inclusão no contexto educacional não deve ser confundido com a integração. Enquanto a integração pressupõe que o aluno com deficiência deve se adaptar à estrutura escolar pré-existente, a inclusão exige que a própria instituição se adapte. A inclusão implica uma mudança de paradigma, em que a escola reconhece e valoriza a diversidade como elemento enriquecedor do processo de ensino-aprendizagem, e não como um obstáculo a ser superado ou isolado em salas especiais.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão LBI (Lei nº 13.146/2015) o conceito de inclusão está diretamente ligado a quebra de barreiras e a garantia de direitos:

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil,2015, art.2º).

A prática inclusiva demanda que o currículo seja flexível e que os professores adotem metodologias que contemplem os diferentes ritmos de aprendizagem a inclusão, portanto, questiona a "normalidade" imposta pela escola tradicional, propondo que a diferença é a norma, e não a exceção, ao inserir o aluno em um ambiente plural, a escola cumpre sua função social de preparar cidadãos para uma sociedade democrática e diversa.

Como aponta Mittler (2003), a inclusão é um projeto de reforma sistêmica que envolve mudanças no currículo, na avaliação e na pedagogia, visando atingir todos os alunos, sem exceção. Portanto, o conceito vai além da deficiência física ou intelectual, abrangendo também questões étnico-raciais, sociais e culturais, consolidando-se como uma filosofia humanística de acolhimento e respeito à alteridade.

Segundo Sassaki (1999, p.3), “[...] conceitua-se inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas especiais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade”. O autor afirma que:

> A inclusão social, portanto, é um processo que pode contribuir para a construção de um novo tipo de sociedade, através de transformações em diversos âmbitos sociais, desde aspectos visíveis, como adequação de ambientes físicos, até a mentalidade das pessoas, nesse sentido, a inclusão social representa uma perspectiva muito mais

> abrangente, sendo a inclusão educacional um meio capaz de favorecer a construção de uma sociedade inclusiva (Sassaki 1999, p.3).

Para tanto a educação inclusiva defende que todos os alunos têm direito de estudar juntos na escola regular, independentemente de suas diferenças físicas, cognitivas, sociais ou culturais. Assim, a inclusão fundamenta-se no direito universal à educação e na equidade, não se trata apenas de garantir a matrícula de alunos com Necessidades Educacionais Especiais no ensino regular, mas de assegurar as condições necessárias para sua permanência e sucesso acadêmico isso envolve a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, e que a inclusão é um processo bilateral no qual as pessoas com deficiência e a sociedade buscam, juntas, equacionar problemas, decidir soluções e efetivar a equiparação de oportunidades.

3.1.3 Legislações que amparam pessoas com Deficiência Física no Contexto da Educação

A educação é um direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, que assegura a todos os cidadãos igualdade de condições de acesso e permanência na escola, em se tratando dos estudantes com deficiência física, a Constituição estabelece que o atendimento educacional deve ser garantido de forma adequada às suas necessidades, preferencialmente na rede regular de ensino, promovendo a inclusão e a participação plena desses alunos no ambiente escolar, dessa forma, o sistema educacional deve organizar-se para garantir acessibilidade, recursos pedagógicos e práticas inclusivas que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os estudantes (Brasil, 1988).

A Declaração de Salamanca (1994) redefine a inclusão ao estabelecer que as escolas comuns devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais ou linguísticas, com isso a educação inclusiva é o meio mais eficaz para garantir a igualdade de oportunidades no contexto social e educacional.

Em 1996, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) − Lei n°9.394/96 – que, em sua redação, demonstra cuidado em garantir o acesso e a manutenção de todos, no que diz respeito à educação, menciona-se, portanto, que, embora o conceito de Educação Inclusiva seja amplo em relação ao público atendido, existe, no cotidiano educacional, uma restrição do termo para o atendimento de pessoas que têm direito à Educação Especial, definido na LDB, em seu capítulo V, artigo 58:

> Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), como documento normativo da educação básica brasileira, assegura o direito de todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiência física, ao acesso a um currículo comum que estabeleça competências e habilidades essenciais. Para viabilizar essa inclusão de forma efetiva, o Decreto nº 12.686/2025 reforça o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como um serviço pedagógico indispensável.

Atuando de forma complementar ou suplementar, o AEE provê os recursos de acessibilidade e as estratégias necessárias para eliminar barreiras, garantindo que esses alunos não apenas acessem o currículo, mas participem plenamente e progridam em sua aprendizagem no ensino regular. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) não substitui o ensino da sala de aula comum, mas complementa o processo educativo, auxiliando na eliminação de barreiras que possam dificultar o desenvolvimento do aluno. De acordo com a BNCC, a escola deve promover práticas pedagógicas inclusivas, respeitando as diferenças e garantindo condições de aprendizagem para todos.

A parceria entre escola e família fortalece o processo inclusivo. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 estabelece que a educação é dever do Estado e da família, reforçando a corresponsabilidade na formação do estudante. A participação familiar contribui para o acompanhamento pedagógico, fortalecimento emocional e continuidade das ações educativas. Com isso, a presença da família na escola fortalece os vínculos sociais do aluno, possibilitando a elevação da autoestima no processo de aprendizagem.

Como citado acima, fica evidente que a participação da família no processo educacional é fundamental para o desenvolvimento do estudante e para o fortalecimento de práticas inclusivas. Nesse sentido, a corresponsabilidade entre escola e família na formação do aluno reafirma a educação como um dever compartilhado entre Estado e família. A legislação define a Educação Especial como modalidade transversal, ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 1996).

Tal definição reforça a responsabilidade da escola comum em acolher e educar a diversidade humana. A legislação ainda assegura um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e ao longo da vida, reforçando que devem ser garantidas condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da eliminação de barreiras e da oferta de recursos de acessibilidade, garantindo igualdade de oportunidades em relação aos demais estudantes.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), trouxe avanços significativos ao detalhar a responsabilidade do sistema educacional em assegurar condições de acesso e permanência. A LBI enfatiza que a educação inclusiva deve ser garantida em todos os níveis e ao longo de toda a vida, sem discriminação e com igualdade de oportunidades.

No entanto, a legislação deixa claro que a inclusão para pessoas com deficiência envolve o reconhecimento de sua condição de cidadãs perante a lei, gozando, em igualdade de condições com as demais pessoas, de capacidade jurídica em todos os aspectos da vida. Essa garantia é fundamental para que possam participar da sociedade de forma autônoma, com liberdade para fazer suas próprias escolhas. Dessa forma, o conjunto de leis que ampara as pessoas com deficiência física no cenário da educação constitui uma direção fundamental para a construção de um ambiente escolar inclusivo e acessível, que atenda a todos de acordo com suas particularidades.

3.2 Adaptações Curriculares: desafios no processo de inclusão escolar para alunos com deficiência física

Os desafios das adaptações curriculares para alunos com deficiência física, exige um equilíbrio entre a teoria pedagógica e a realidade prática das escolas, por isso, é importante focar não apenas na acessibilidade arquitetônica como rampas por exemplo, mas principalmente na acessibilidade pedagógica, adaptar não é "facilitar" ou reduzir o conteúdo, mas sim eliminar barreiras, a adaptação deve ser individualizada, respeitando o ritmo e as limitações motoras do aluno.

De acordo com o Conselho da Pessoa com deficiência Física, destaca que:

> Deficiência física, segundo a CID-11[2], é definida como uma alteração completa ou parcial de uma, ou mais partes do corpo, resultando em limitações na função física e na mobilidade. Essas limitações podem envolver a locomoção, coordenação, equilíbrio, manipulação de objetos, atividades de autocuidado e outras funções motoras (Brasil, 2004, p.27).

O documento sobre o CID deixa claro que a deficiência física é caracterizada por alterações no corpo, que podem ser totais (como uma paralisia) ou parciais (como uma fraqueza muscular), dificultando movimentos básicos. Essas condições afetam a autonomia da pessoa,

[2] CID (Classificação Internacional de Doenças) é um sistema da Organização Mundial da Saúde (OMS) utilizado para codificar e padronizar doenças e condições de saúde.

prejudicando desde tarefas simples, como segurar um objeto ou tomar banho, até a capacidade de se deslocar livremente.

Dessa forma, as adaptações curriculares deixam de ser um currículo paralelo para se consolidarem como um conjunto de modificações organizacionais e metodológicas. Sob essa perspectiva, a inclusão demanda que a escola reconheça as singularidades, respeite a subjetividade e se reestruture para acolher a todos. No contexto da deficiência física, o desafio central consiste em superar as barreiras motoras, assegurando o acesso ao conhecimento mediante o uso estratégico de recursos de tecnologia assistiva. Essa tecnologia, segundo Bersch (2017), é fundamental para promover a autonomia no ambiente escolar. A tecnologia assistiva foca em como os recursos de acessibilidade garantem a autonomia do aluno com limitação motora.

Recursos simples, como engrossadores de lápis ou teclados adaptados, e recursos mais complexos, como softwares de voz, são essenciais para que o aluno com deficiência física demonstre seu conhecimento. Muitos alunos com deficiência física possuem cognição preservada; para tanto, o desafio maior está em como eles escrevem, como participam das aulas de Educação Física e como acessam o material didático.

3.2.1 Adaptações de Acesso no espaço escolar

No contexto escolar, essas adaptações podem envolver modificações estruturais, como rampas, corrimãos, banheiros adaptados e sinalizações acessíveis, bem como adequações pedagógicas e tecnológicas que favoreçam a participação dos alunos nas atividades educativa, Mantoan (2003),afirma que inclusão escolar exige uma reorganização da escola para atender a diversidade dos estudantes, superando práticas excludentes e promovendo um ambiente que respeite as diferenças e valorize o potencial de cada aluno.

Ao afirmar que a deficiência física não compromete necessariamente a inteligência, Maciel (1998) destaca que o potencial de aprendizagem desses alunos é equivalente ao dos demais dessa forma, compreende-se que a parte cognitiva funciona normalmente, demandando que a escola direcione seus esforços para a eliminação de barreiras físicas e comunicacionais, validando a capacidade de socialização e desenvolvimento acadêmico do aluno sem subestimar sua competência intelectual.

As adaptações de acesso não se limitam apenas às mudanças físicas, mas também envolvem atitudes pedagógicas inclusivas que favoreçam a aprendizagem e a participação de todos, podemos perceber que o espaço escolar muitas vezes é o primeiro "deficiente", e não o aluno.

Se a escola tem escadas e o aluno usa cadeira de rodas, a inadequação está no projeto arquitetônico então ela deixa de ser facilitadora e passa a ser uma barreira, as adaptações de acesso constituem o primeiro passo para a inclusão efetiva. Segundo a ABNT[3] NBR 9050 (2020), a acessibilidade no espaço escolar deve garantir que o mobiliário e os equipamentos permitam o uso autônomo e seguro por pessoas com deficiência física, dessa maneira, o decreto de 2004, considera que a acessibilidade:

> Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil,2004).

O decreto de 2004 trouxe um novo contorno à acessibilidade, reforçando o respeito e a valorização da pessoa com deficiência física quanto ao acesso, como requisito indispensável em um ambiente inclusivo. Exige que os espaços eliminem as barreiras que impedem a participação social, tanto de pessoas com deficiência quanto daquelas que possuem mobilidade reduzida.

No entanto, a adaptação vai além da estrutura predial; ela alcança também o objeto de aprendizagem. Como afirma Manzini (2002), muitas vezes uma simples modificação no suporte de um livro ou na altura de uma mesa é o que define se o aluno conseguirá realizar a atividade com o grupo ou se ficará apenas como espectador passivo da aula.

Focar na infraestrutura e nos recursos que permitem ao aluno com deficiência física chegar à escola, circular nela e, principalmente, participar das atividades não se trata apenas de "entrar no prédio", mas de ter autonomia dentro dele. Sassaki (2010) menciona que, como paradigma de sociedade, a inclusão é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana, composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos, com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

Sendo assim, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) estabelece que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, recursos e organização específicos para atender às necessidades dos educandos com deficiência, garantindo a efetivação de uma educação inclusiva. No entanto, promover adaptações de acesso no espaço escolar representa um passo essencial para a construção de uma escola democrática, na qual todos os alunos tenham oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento.

---

[3] ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

3.3 Desafios e Possibilidades na inclusão do Aluno com deficiência física nas series iniciais do Ensino Fundamental.

A educação inclusiva constitui-se como um dos maiores desafios contemporâneos da escola pública brasileira, especialmente no que se refere ao atendimento de alunos com deficiência física no 3º ano do Ensino Fundamental. Tal desafio envolve não apenas a garantia legal do acesso à escola, mas também a permanência, participação e aprendizagem significativa desses estudantes. Nesse contexto, a percepção docente torna-se elemento central, uma vez que o professor é mediador do processo de ensino-aprendizagem e agente fundamental na efetivação das políticas inclusivas.

A locomoção e a ausência de suporte mais estruturado são os principais desafios da inclusão. Ela não se limita à prática pedagógica, mas envolve também barreiras arquitetônicas e institucionais. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), nº 13.146/2015, estabelece que a eliminação de barreiras físicas e atitudinais é condição indispensável para garantir igualdade de oportunidades.

Desse modo, percebe-se que a inclusão exige investimento contínuo em infraestrutura e apoio técnico especializado. Apesar de as escolas oferecerem algum suporte, este precisa ser ampliado. Essa percepção indica que existem esforços institucionais, porém ainda insuficientes para atender plenamente às demandas da inclusão. O suporte precisa ser contínuo, articulado e colaborativo. Mantoan (2003) destaca que a construção de uma escola inclusiva requer mudanças estruturais, pedagógicas e culturais.

A autora alerta para o fato de que o professor deve ter conhecimento sobre os diversos tipos de deficiência, mas não precisa ser especialista em nenhuma delas. Salienta que o professor necessita conhecer todos os alunos de sua turma, incluindo saberes sobre a deficiência que seu aluno apresenta, como uma característica a mais. Menciona ainda que o professor, em sua prática cotidiana, deve buscar informações acerca das implicações da deficiência para o processo de ensino e aprendizagem, de modo que possa compreender melhor as necessidades de seu aluno e exercer sua prática pedagógica de forma mais eficiente.

Dialogando com a autora, a percepção do professor deve evoluir da visão de que o aluno é um “problema” para a compreensão de que a escola é que precisa ser ressignificada. Embora o conhecimento sobre a deficiência seja importante como característica do aluno, o professor não deve focar na limitação, mas sim nas potencialidades pedagógicas e nas interações sociais que podem ser desenvolvidas no ambiente escolar. A participação ativa da família no processo educativo fortalece o processo inclusivo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece que a educação é dever do Estado e da família, reforçando a corresponsabilidade na formação do estudante. A participação familiar contribui para o acompanhamento pedagógico, fortalecimento emocional e continuidade das ações educativas. Contudo, a família e a escola são instituições com papéis distintos, mas que se completam na formação do ser humano. Parolin (2003, p.99) acredita que "[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: prepara as crianças para o mundo; no entanto a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição".

Além disso, escola e família, sendo parceiras, contribuem com o professor em sala de aula. O papel da família na vida escolar estimula o aluno na aprendizagem, e a percepção docente atua como um filtro fundamental através do qual as políticas de inclusão são interpretadas e aplicadas na realidade cotidiana da sala de aula.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2008) assegura que elas não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino primário gratuito e compulsório ou do ensino secundário sob alegação de deficiência. Também garante que as pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito, e ao ensino secundário, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem, além de prever que adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais sejam providenciadas.

Nesse sentido, a inclusão demanda, com urgência, professores inovadores, capazes de promover adaptações curriculares que superem o modelo tradicional, flexibilizando métodos, tempos e recursos para acolher a diversidade de ritmos de aprendizagem. Portanto, compete às instituições escolares o compromisso com a qualidade de ensino na educação inclusiva, adotando metodologias adaptadas para atender às diversas necessidades específicas apresentadas na perspectiva da inclusão.

.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica evidencia que a inclusão de alunos com deficiência física no ensino regular dos anos iniciais, embora assegurada legalmente, ainda enfrenta desafios significativos no contexto escolar. À luz do aporte teórico adotado, foi possível identificar que a efetividade da inclusão depende da articulação entre as politicas públicas, as práticas pedagógicas e as condições estruturais que assegurem além do acesso, a participação, desenvolvimento e aprendizagem destes estudantes.

Os resultados corroboram a perspectiva de Mantoan (2003), ao indicarem que a inclusão demanda mudanças estruturais que vão além da presença física do aluno na escola. Constata-se que o reconhecimento da importância desse processo pelos professores é acompanhado por um sentimento de despreparo prático. Essa dificuldade em realizar adaptações curriculares eficazes revela-se como reflexo direto da insuficiência de programas de formação continuada.

A análise constata que a inclusão demanda esforço coletivo. O Atendimento Educacional Especializado (AEE), fundamentado na BNCC, aliado à participação da família, constitui bases essenciais. Essa união entre Estado, escola e família consolida o vínculo social e a confiança do aluno em sua trajetória educativa.

A discussão teórica reforça que a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e, quando a escola e o docente acreditam nas capacidades de desenvolvimento do aluno com deficiência física, rompem-se as barreiras do preconceito e da marginalização. Um dos resultados mais significativos desta pesquisa é a distinção entre acessibilidade física e pedagógica. A acessibilidade arquitetônica, embora regulamentada por decretos e normas como a NBR 9050, que estabelece a obrigatoriedade de rampas e banheiros adaptados, ainda se mostra insuficiente, tornando o espaço escolar muitas vezes a primeira barreira para o aluno.

A discussão à luz de Bersch (2017) e da Declaração de Salamanca (1994) demonstra que recursos de tecnologia assistiva, como teclados adaptados ou engrossadores de lápis, são fundamentais para alunos com cognição preservada. Tais recursos constituem fatores essenciais para garantir a participação do estudante com deficiência física nas atividades escolares; no entanto, a escassez desses materiais nas instituições de ensino configura-se como uma das principais barreiras à inclusão, limitando a autonomia e o desenvolvimento do aluno.

Esses recursos permitem que o estudante demonstre seu conhecimento e participe ativamente, deixando de ser um mero espectador. Os resultados apontam que, apesar dos avanços legais como a LDB nº 9.394/96 e a LBI (2015), os professores ainda enfrentam um sentimento de despreparo devido à escassez de formação continuada e de recursos pedagógicos

adaptados. Além disso, à luz da legislação educacional brasileira, verifica-se um conjunto de garantias que asseguram o direito à educação inclusiva. Entretanto, os dados revelam um distanciamento entre a norma e a realidade escolar, especialmente quanto à acessibilidade arquitetônica e pedagógica.

Em suma, a interpretação dos dados à luz de Sassaki (1999) indica que a inclusão é um processo bilateral de adaptação mútua entre a pessoa e a sociedade. A percepção docente, ao adotar metodologias flexíveis e valorizar as potencialidades em vez das limitações, cumpre a função social da escola de preparar cidadãos para uma sociedade democrática e diversa. A inclusão efetiva, portanto, ocorre quando o sistema se adequa às particularidades de cada educando, garantindo não apenas a sua permanência, mas também o seu sucesso acadêmico.

Outro aspecto relevante identificado diz respeito às adaptações curriculares que, conforme discutido por Mittler (2003), devem ser compreendidas como estratégias de flexibilização do ensino, e não como simplificação de conteúdo. Nesse contexto, percebe-se que a prática pedagógica inclusiva ainda é, em muitos casos, limitada por concepções tradicionais de ensino, que dificultam a valorização das potencialidades dos alunos com deficiência física.

Para tanto, os resultados demonstram que, apesar dos avanços no campo legal e teórico, a inclusão escolar de alunos com deficiência física ainda enfrenta entraves relacionados à formação docente, à disponibilidade de recursos e à necessidade de ressignificação das práticas pedagógicas. Dessa forma, a efetivação da inclusão depende de politicas públicas continuas e de condições institucionais adequadas que garantam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar desses estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Inclusiva de pessoas com deficiência física no Brasil tem avançado significativamente do ponto de vista normativo, amparada por marcos como a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/96 e a Lei Brasileira de Inclusão (2015). No entanto, a transição da integração para a inclusão efetiva ainda demanda que a escola se reorganize estrutural e pedagogicamente, deixando de exigir que o aluno se adapte ao sistema para que o sistema se adeque às particularidades de cada educando.

A inclusão é um tema que exige a quebra de paradigmas e a superação de visões excludentes ou pautadas na compaixão, substituindo-as pelo reconhecimento da educação como um direito fundamental e pela valorização da diversidade como elemento enriquecedor do processo de ensino-aprendizagem.

Os resultados dessa pesquisa evidenciam que os principais desafios da inclusão de alunos com deficiências físicas estão relacionadas às limitações de acessibilidade arquitetônica, à escassez de recursos de tecnologia assistiva, na falta de formação continuada e, que impedem a autonomia plena do aluno com deficiência física. E embora haja o reconhecimento da importância da inclusão, existe um sentimento de despreparo frente à complexidade das adaptações curriculares necessárias.

A pesquisa demonstra que o suporte do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a parceria com a família são pilares indispensáveis para que o docente consiga transformar a prática pedagógica em uma ação efetivamente inclusiva e democrática. Portanto, percebe-se que os professores têm um papel fundamental no contexto escolar. O docente deve buscar mecanismos para promover a educação inclusiva, construindo práticas pedagógicas com estratégias e metodologias adaptadas. Em suma, acredita-se que a presente pesquisa trouxe contribuições significativas sobre a percepção dos professores acerca dos desafios e da adaptação curricular no ensino inclusivo de alunos com deficiência física.

A pesquisa conclui que a inclusão de alunos com deficiência física nos anos iniciais exige a ressignificação da prática docente e a superação de barreiras arquitetônicas e pedagógicas. Os resultados apontam que, além do compromisso ético, é fundamental a capacitação contínua dos docentes e as adaptações curriculares para promover a autonomia do aluno e garantir uma educação inclusiva. Com isso, reforça-se a importância de uma construção educacional pautada na valorização da diversidade, capaz de quebrar paradigmas e estabelecer um novo olhar sustentado por metodologias adaptadas que garantam a efetiva inclusão no Ensino Regular.

Diante do presente trabalho, evidencia-se que a efetivação da educação inclusiva ainda requer avanços significativos, especialmente no que se refere à formação docente e à reorganização das práticas e estruturas escolares. Nesse sentido, torna-se fundamental ampliar as discussões e investigações sobre estratégias que fortaleçam a atuação do professor e promovam condições adequadas de acesso, permanência e participação dos alunos com deficiência física no ensino regular.

Ao buscar mecanismos em um currículo adaptado, o professor reconhece o potencial inerente a cada particularidade do aluno com deficiência física. Para tanto, sublinha-se a necessidade de melhores condições de trabalho e de aperfeiçoamento profissional que garantam o respeito à singularidade e à dignidade do aluno, sendo essa via capaz de transformar o ambiente escolar em um espaço de pertencimento.

A inclusão, portanto, não pode ser uma responsabilidade solitária do docente, mas um compromisso coletivo que envolve políticas públicas eficazes e uma constante ressignificação do fazer pedagógico em prol de uma escola verdadeiramente democrática. Embora os desafios sejam acentuados pela escassez de recursos e lacunas na formação, a implementação de adaptações curriculares conscientes e o compromisso ético com a inclusão escolar são caminhos viáveis para superar a exclusão. Espera-se, portanto, que este estudo estimule novas discussões sobre a necessidade de políticas públicas que subsidiem o trabalho docente, tornando a escola um espaço genuinamente democrático e acessível.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.**

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **A convenção sobre os direitos das pessoas com Deficiência Brasilia, DF,2008.**

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva.** Diário Oficial da União, Brasília, 21 out. 2025.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre: Assistiva Tecnologia e Educação,** 2017.

GIL, Antônio Carlos,1946-**como elaborar projetos de pesquisa**/Antonio Carlos Gil. -4. ed.- São Paulo:Atlas,2002.

GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnica de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** São Paulo, SP: Atlas 2003.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência: a questão da inclusão social**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, n. 105, 1998.

MANTOAN, Maria T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MANZINI, Eduardo José. **Acessibilidade e aspectos físicos da escola.** In: MEC/SEESP. Brasília, 2002.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E.M.**Metodologia científica.** São Paulo, SP: Atlas, 2010.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. **Política de educação especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84853, p.1-21, 2019.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares**. Fortaleza, 2003.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. CID-11: **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde.** 11. ed. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: who.int. Acesso em: 25 abr. 2026.

SASSAKI, Romeu Kazumi**. Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** 8ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro:WVA,1999.

SILVA, A.C. **Formação de professores do ensino fundamental para a proposta de educação inclusiva.** São Paulo 2001.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca:** UNESCO, 1994.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch**. Obras Completas – Tomo Cinco: Fundamentos de Defectologia.** Cascavel: Edunioeste,2022.